REQUERIMENTO Nº /2009
(Do Sr. Nilson Mourão)

Requeiro, nos termos regimentais, seja dado novo despacho ao PDC nº 1665, de 2009, a fim de incluir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na apreciação da referida matéria.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 141, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, novo despacho ao PDC nº 1665, de 2009, que aprova os textos do Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 8 de dezembro de 2005, e do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007, incluindo a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na apreciação da matéria.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição em tela está sendo submetida aos parlamentos dos países membros do Mercosul e prevê uma série de concessões feitas pelo Mercosul a Israel tendo como contrapartida uma lista de concessões que Israel faz ao Mercosul.

Ao longo do processo negociador foram consultados vários Ministérios e Agências do governo brasileiro, entre eles o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, participando com dois representantes. Um pela Secretaria Executiva do Ministério, outro representando a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. As consultas também contaram com a manifestação de representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A necessidade da consulta a esses ministérios está expressa na

mensagem assinada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim que acompanha os termos do Acordo enviado ao Congresso Nacional. Entre outras questões o Acordo trata de relações comerciais que envolvem medidas sanitárias e fitossanitárias. Em sua mensagem o Ministro destaca ainda, dados relevantes da relação comercial entre Brasil e Israel. Segundo Celso Amorim, em 2007 esse intercâmbio chegou a mais de US\$ 1 bilhão. Os principais produtos da pauta das exportações brasileiras para esse País foram: carne bovina congelada(18,9% do total), grãos de soja (15,8%), açúcar (8%). Já de Israel, o Brasil importa principalmente fertilizantes e agroquímicos.

Dessas dados oficiais apresentados pelo governo brasileiro, fica evidenciada a importância dos setores agrícola e pecuário nas relações comerciais entre os dois países, cujos interesses são tão bem defendidos pela Comissão de Agricultura desta Casa.

Entendemos portanto, que da mesma forma que o governo federal quis ouvir os ministérios envolvidos com o setor produtivo rural brasileiro para a elaboração do Acordo, esta Casa deve ter o salutar cuidado de ouvir os parlamentares da Comissão de Agricultura no momento de sua apreciação na Câmara, os quais emprestarão sua reconhecida experiência e capacidade técnica para a defesa dos interesses da sociedade, na condição de seus fiéis representantes no parlamento brasileiro.

Portanto, por entender de fundamental importância a participação de mais essa Comissão Permanente, que contribuirá sobremaneira no aprofundamento dos debates sobre esse Acordo que envolve além do Brasil, os outros países membros do Mecosul, é que apresento este requerimento.

Nestes termos,
Pede-se deferimento.

Brasília DF, 24 de setembro de 2009

Deputado NILSON MOURÃO
Vice-líder do PT